

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.762.847 - SC (2018/0221257-9)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
EMBARGANTE : DOMAZZI IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADOS : RIHAN SALLES DOS SANTOS E OUTRO(S) - RS085858
VINICIUS SECCO FOGACA - RS076474
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. VÍCIO DE OMISSÃO CONFIGURADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. ART. 85 DO CPC/2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS MODIFICATIVOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão assim ementada (fl. 1142):

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. DESPESAS DE CAPATAZIA. VALOR ADUANEIRO. NÃO INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO PARA FINS DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

O embargante sustenta que a decisão contém o vício da omissão por não se pronunciar respeito da majoração dos honorários advocatícios.

Sem impugnação.

É o relatório.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

A decisão embargada decidiu a controvérsia negando provimento ao recurso especial pela incidência da Súmula 284/STF e com fundamento na jurisprudência do STJ, mantendo na íntegra o teor do acórdão recorrido.

Em estudo das razões dos embargos, verifica-se que assiste razão ao embargante quando aduz que há omissão no julgado a respeito da majoração de honorários advocatícios, haja vista que o acórdão proferido na origem foi publicado já na vigência do NCPC, bem como que, como citado acima, o seu teor fora mantido, sendo mantidos também os honorários advocatícios fixados pela sentença.

Nesse passo, atento às regras contidas no art. 85 do NCPC, sobretudo o seu § 11º, devem os honorários fixados pelo acórdão serem majorados, ante o trabalho adicional realizado em grau recursal e o resultado obtido pelos causídicos na presente instância.

Ante o exposto, **acolho** os embargos de declaração, **com efeitos modificativos**, para majorar os honorários advocatícios em 10%, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11º do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, § 3º, CPC/2015), mantendo-se todos os demais termos da decisão embargada, tudo nos

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

moldes da fundamentação supra.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

